

OS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA

Tadeu Luciano Siqueira ANDRADE*

ABSTRACT: Language is a social product responsible for the interactions among its users in a speech community and also represents the culture of its speakers. Thus, it is conditional to the diversity of uses which occur in socio-geographical and political cultural areas. We live in a heterogeneous society. So, there is the linguistic diversity on different levels: phonetic-phonological, lexical semantic, syntactic and stylistic-pragmatic. This diversity does not occur randomly, it takes place through the several factors such as social, geographical, cultural, historic etc. The school, a social multidialectal group, where intertwine the various dialects themselves must develop a language teaching which considers without bias all the variants on the same social and linguistic level. This work having as a base the dialectology studies does of a theoretical reflection about the Dialectology and its importance to the description of Brazilian linguistic reality and its theoretical and methodological principles for the teaching of mother tongue.

KEYWORDS: Variation, dialectology, diversity linguistic, linguistic atlas

1 Introdução

A língua é um produto social. Por isso, está sujeita a mudanças que se dão nos usos e através deles nos diferentes contextos de natureza diatópica, diacrônica, diastráticas, diagenérica, diacrônica e outras. Essas diferenças marcam a dinâmica da língua e proporcionam a diversidade nos diferentes níveis morfológico, sintático, semântico-lexical, fonético. Na escola, convivem diversos falares e pessoas de diferentes regiões e culturas. Considerando esse argumento, qual o papel da Dialectologia no ensino na língua materna? Para responder a esse questionamento, fundamentamo-nos nos estudos de Cardoso e Andrade (2006), Andrade (2007), Cardoso (1994), Callou (2002), Silva Neto (1976) e outros.

O presente trabalho é composto por duas seções. A primeira seção, dividida em subseções, apresenta a fundamentação teórica com a análise da Dialectologia do ponto de vista histórico no mundo e no Brasil, contextualizando os estudos dialetológicos nos seus primórdios, os atlas linguísticos regionais e o ALIB – Atlas Linguístico do Brasil. A segunda seção, retomando a pergunta acima, consta da importância da Dialectologia para o estudo da língua materna. Nas considerações finais, apresentaremos alguns pontos importantes para uma educação linguística, tendo como base os estudos dialetais.

2. Fundamentação teórica

2.1. A Dialectologia: esboço histórico no mundo e no Brasil:

Para compreender a Dialectologia como a descrição diatópica da língua, necessário se faz um esboço de sua história. O século XIX marca o início dos estudos dialetológicos, tendo como objetivo o resgate de dados e a documentação dos vários estágios da língua no seu percurso histórico. Nesse período, destacamos:

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba, professor da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV.

1. O trabalho de George Wenker – 1881 – um levantamento de dados da realidade linguística da Alemanha para comprovar as fronteiras dialetais. Segundo Cardoso (1994), com o trabalho de Wenker, a Dialetoлогия deu um avanço: *a documentação de fatos em distintas regiões com possibilidades de serem interrelacionados*.
2. *O Atlas Linguistique de la France* – O Atlas Linguístico da França – Jules Gilliéron e Edmond Edmont: a recolha sistemática de dados para a elaboração do Atlas Linguístico da França. Esse atlas é o momento inaugural da aplicação do método da Dialetoлогия com rigor científico, marcando a maioridade dos estudos dialetológicos.

Desses trabalhos, surgem novos caminhos para a análise e interpretação dos fenômenos linguísticos, a exemplo da intercomparabilidade dos fatos linguísticos em regiões diferentes, e dos estudos de natureza antropogeográfica.

2.1.1. Os estudos dialetológicos no Brasil

Em 1826, Visconde de Pedra Branca – Domingos Borges de Barros escreve para o **Atlas Etnográfico do Globo** de Adrien Balbi um capítulo sobre as diferenças lexicais entre o português americano e o português europeu. Esse fato inaugura estudos acerca da variação linguística do português no Brasil. São iniciados vários trabalhos sobre o léxico regional, visando ao inventário de traços característicos das diversas áreas do território brasileiro. Entre eles, citamos Amadeu Amaral, em 1920 com *O dialeto caipira*, focaliza o falar de uma região de São Paulo, enfatizando os aspectos fônicos, morfossintáticos e lexicais. Antenor Nascentes, em 1922, em *O linguajar carioca em 1922*, e apresenta uma proposta de divisão dos falares brasileiros. Em 1934, Mário Marroquim em *A língua do Nordeste*, descreve o falar de Pernambuco e Alagoas. Essas obras constituem uma fase de monografias dialetais que propiciarão ao estudioso do amanhã uma obra sobre o dialeto brasileiro. (cf. Marroquim *apud*. CARDOSO, 1996, p. 106).

No III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa – 1957 – Celso Cunha e Serafim da Silva Neto defenderam a ideia de elaboração de atlas regionais. Em 1958, Antenor Nascentes, adiante do que Cunha e Silva Neto, publica as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, acreditando que o panorama linguístico do Brasil só aconteceria efetivamente, quando a língua estivesse analisada em todo o território nacional. Essa publicação ocorre após a Portaria 536 / de 26/05/52 que no Artigo 2º define a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

O Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB –1963 – APFB – coordenado por Nelson Rossi e mais oito colaboradoras e descreve a área da Bahia, apresenta 154 cartas (analíticas e analítico-sintéticas), 50 pontos, questionários com 64 perguntas, dois informantes por localidades. O APFB marca o início da elaboração dos atlas regionais brasileiros. Na sequência, temos os seguintes atlas e seus coordenadores:

Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – 1977 – EALMG – José Ribeiro, Mário Zágari *et all* – proposta de quatro volumes, publicado um com a metodologia e as cartas lexicais e fonéticas dos campos semânticos *tempo* e *folgedos infantis*.

Atlas Linguístico da Paraíba – 1984 – ALPb – Maria do Socorro da Silva Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes. Apresenta de três a dez informantes por localidade, sem identificação, é diatópico.

Atlas Linguístico de Sergipe – 1987 – ALS – Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith <celsul@celsul.org.br>. Freitas, Nadja Andrade, Nelson Rossi, Suzana Cardoso e Vera Rolemberg. Segue a mesma metodologia do APFB. Em 2002, Sergipe passa a ter dois. O ALS

II, elaborado por Suzana Alice Marcelino Cardoso (tese de Doutorado). Cardoso trabalhou com a área semântica *homem*. É um atlas bidimensional, apresenta a variação diatópica e a diagenérica.

Atlas Linguístico do Paraná – 1990 – ALPr – Vandercy de Andrade Aguilera – 65 pontos linguísticos, 130 informantes, um homem e uma mulher.

Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS – Walter Koch *et all*, 2002. Os dados de natureza semântico-lexical ainda não estão prontos. O ALERS apresenta peculiaridades linguístico-etnográficas decorrentes do processo de povoamento da região. (cf. BRANDÃO 1991:66)

Além dos atlas regionais já publicados, temos outros em processo de elaboração, citemos alguns:

Atlas Linguística do Estado de São Paulo – coordenado pelo Professor Pedro Caruso **Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro** - inicialmente coordenado por Celso Cunha, atualmente com a participação Sílvia Brandão, Maria Emília Barcelos da Silva, Édila Viana da Silva. O projeto, além da linguagem, objetiva fixar também a cultura do pescador fluminense.

Atlas Linguístico do Maranhão – Alima – coordenado por uma equipe de professores da Universidade Federal do Maranhão.

Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – projeto coordenado por Dercir Pedro de Oliveira e conta com a colaboração de Aparecida Negril Isquerdo.

Atlas Geossociolinguístico do Pará – ALIPA – coordenador Abdelhak Razky.

Atlas Linguístico do Estado do Ceará – elaborado por professores da Universidade Federal do Ceará, entre eles Jose Rogério Bessa e José Alves Fernandes.

Atlas Linguístico do Mato Grosso – Universidade Federal do Mato Grosso.

2.1.2. ALIB – Uma macro visão do Português do Brasil

Retornando a história, verificamos a preocupação do governo brasileiro acerca dos estudos dialetais, quando em 1952, conforme a Portaria já citada, decreta a elaboração do atlas linguístico do Brasil.

Após discussões acerca da língua portuguesa no Brasil, com a elaboração de atlas regionais, alguns já publicados; outros em andamento, surge o Projeto **ALIB** – **Atlas Linguístico do Brasil** norteado por uma política de integração e coordenação de trabalhos no âmbito da dialetologia visa à elaboração de um atlas linguístico geral do Brasil. Seu objetivo principal é descrever a realidade linguística do Brasil das diferenças diatópicas nos campos fonético, morfossintático, léxico-semântico e prosódico.

O **ALIB** traçará uma divisão dialetal do Brasil, evidenciando as diferenças através dos resultados cartografados e dos estudos interpretativos dos diversos fenômenos, dando, assim, uma macro visão do português no território brasileiro.

3. A Dialetologia e o ensino da língua materna: caminhos a seguir

Se a escola é o lugar de ensino-aprendizagem e de socialização de conhecimentos, podemos dizer que lá se geram as mudanças, visando à transformação da sociedade, e se constrói a promoção do cidadão. A escola é também o espaço onde se deve priorizar o respeito à identidade cultural, à preservação do conhecimento do cidadão acumulado ao longo da história de vida e as diferenças sócio-culturais de cada um (cf. CARDOSO, 1995, p. 5).

Ao falarmos em diferenças culturais e respeito à diversidade, um dos pontos de partida é a língua, uma vez que esta faz parte da vida em comunidade, constitui as relações sociais entre os indivíduos e apresenta um caráter emblemático, porque oferece pistas que nos permitem dizer a classe social do falante, seu grau de instrução, sua nacionalidade entre outros aspectos. (cf. CALLLOU e LEITE, 2002, p. 7).

A língua não é apenas um sistema de sons, um conjunto de palavras dispostas em uma cadeia morfossintática. É um comportamento social e está intrinsecamente associada à vida, à cultura, à história e à região de seu povo.

Feitas essas considerações, apontamos alguns aspectos que podem nos levar a uma análise da educação linguística que respeite a diversidade. Os usos linguísticos ocorrem em um determinado espaço físico, condicionado por fatores diversos, como diz Chambers (apud. CARDOSO, 2003, p. 189): “Todos os dialetos são tanto espaciais como sociais, uma vez que todos os falantes têm não só um espaço social como uma localização espacial”. A distribuição de toda e qualquer língua pelos espaços geográficos tem acarretado, paralelamente uma distribuição de usos correlacionada a cada região.

Não se fala uma mesma língua e em todos os lugares. Por intermédio dos estudos dialetológicos, podemos descrever a realidade linguística de uma comunidade de fala no que se refere à variação diatópica, considerando também a influência de outras variações, embora não percamos de vista que a Dialectologia é a ciência dos espaços, portanto, de natureza contextual. A Dialectologia permite ao estudioso da língua analisar e refletir por que em uma dada região do Brasil, por exemplo, dizemos [porta] com a realização do /r/ retroflexo, por que há palatização do /d/ e do /t/ seguidos do fonema /i/ em uma região e em outras não, por que dizemos *piá* no Rio Grande do Sul e *menino* e *guri* em outras regiões do Brasil.

Para Silva (2003, p. 64), na maioria dos falares do português brasileiro, a vogal postônica final de palavras como *júri* e *jure* será idêntica. Assim, a vogal [e] de *jure* realizar-se-á da mesma forma que a vogal [i] de *júri*. Ainda argumenta a autora que, em alguns dialetos (ou mesmo idioletos), as vogais [e] e [o] se realizam em posição postônica final em palavras como *jure* “mato”.

Silva Neto (1976) não acredita nessa interpretação, segundo ele, falta qualquer apoio histórico, mas Vieira (2002) nos aponta dados que justificam a preservação da vogal [e] naquela região. No Rio Grande do Sul, ocorrências mostram que o falante da região colonizada por alemães, tende a preservar a vogal [e], como também em Santa Catarina. O Paraná apresenta comportamento linguístico diferente, fato esse que poderia ser explicada em função do processo de colonização no interior do estado.

No falar de Sergipe, Andrade (2006) constatou que não ocorre tal realização. Isso nos leva a acreditar na existência de zonas dialetais no Brasil, marcadas pela realização das vogais átonas finais.

Após a análise dos Atlas Linguísticos, confronto de dados cartografados e estudos acerca do sistema de vogais no Brasil, conclui-se que a elevação do timbre das vogais finais átonas de [e] para [i] e [o] para [u] ocorreu majoritariamente no falar de Sergipe em relação ao da região Sul. Partindo dessa análise, fundamentando-nos em Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes, podemos considerar que a realização das vogais átonas no Brasil consiste numa demarcação de áreas dialetais, levando em conta também alguns fatores externos à língua, como o processo histórico-cultural e povoamento.

Essas variações marcam as peculiaridades da fala de cada região, mas não impedem que os contatos linguísticos entre os falantes diferentes sejam realizados, pois compartilham os usuários do mesmo código, a língua portuguesa. Ainda ressaltamos que as diversas formas que uma palavra apresenta, seja no aspecto fônico, sintático, morfológico ou semântico-

lexical, fundamentam o que dizia Serafim da Silva Neto, é a diversidade dentro da diversidade. Como o Brasil é um país de grande extensão territorial e apresenta pluralismo étnico-cultural, surgem os diversos falares. No início dos estudos dialetológicos, a preocupação era centrada nos aspectos diatópicos, sendo, portanto, monodimensional. Hoje a Dialectologia apresenta uma visão pluridimensional porque controla outras variáveis, a exemplo de gênero, faixa etária, escolaridade que também justificam a diversidade dos usos linguísticos.

Considerando o papel da Dialectologia no estudo da língua, como uma ciência que descreve a realidade linguística no âmbito espacial, qual o papel da escola frente a essas variações, uma que na escola coexistem diversos falares?

O professor, como agente transmissor de conhecimentos, membro integrante de uma sociedade democrática e plural, deverá reconhecer as diferenças linguísticas de qualquer natureza, sem sobrepor uma variação à outra, considerando todas as variações iguais, porque qualquer forma de usos linguísticos serve a propósitos comunicativos distintos. O aluno precisa ter sua variante valorizada para que, a partir dela, possa conhecer as outras. Os diversos falares que existem na escola são o resultado do pluralismo étnico e cultural, e as diferenças linguísticas são frutos dessa pluralidade. A forma diferente de o aluno se expressar não deve ser estigmatizada, nem motivo de discriminação. Ao contrário, deve ser considerada como uma marca de sua localização espacial, de seu grau de instrução, de sua cultura e de seu grupo social, como retoma Callou (1996, p. 100) as palavras de Angel Rosenblat: *viver é conviver, sobretudo em matéria de linguagem*.

Se, perante a Lei, todos os homens são iguais. Frente à sua capacidade linguística, também todos devem ser iguais. A função da escola não é inibir o uso da língua. São as várias formas de falar, as diferentes culturas, as crenças que fazem com que os povos sejam diferentes ou semelhantes. Mas, ao mesmo tempo, são singulares, pois não há grupos sociais idênticos em todos os aspectos, inclusive o linguístico. O aluno, ao chegar à escola, domina as estruturas e o vocabulário que o tornam apto para o exercício da convivência social, aprendidas no contexto sócio-geográfico onde está inserido. É, portanto, tarefa da escola propiciar ao aluno os diferentes usos linguísticos em contextos sócio-discursivo variados.

Em alguns momentos, o aluno, mesmo com essa capacidade, é submetido ao silêncio em busca de aquisição de uma língua distante de sua realidade, a chamada norma padrão. Os desvios linguísticos são considerados pela escola como erros porque não se adaptam à norma de prestígio. É indispensável considerar que a linguagem não existe, a não ser na interação, isto é, no uso. A língua não é um sistema uno. Ao contrário, é um conjunto de variantes que não podem ser vistas como defeito ou desvio. O erro é fruto de um julgamento da sociedade que considera uma determinada variante superior às outras marcadas e estigmatizadas, avaliando-as negativamente. Assim, a noção de erro é uma noção de caráter social, e não linguístico. O falante precisa ser respeitado frente a seus usos linguísticos e ver valorizadas as suas especificidades linguístico-culturais. Entretanto, precisa também ter direito de aprender as variantes de prestígio da língua de sua comunidade. Não podemos negar-lhe o conhecimento da língua na modalidade padrão sob “pena de se fecharem as portas, já estreitas, de ascensão social. O caminho para democracia tem como ponto de partida a distribuição justa dos bens culturais e entre os quais a língua é o mais importante” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 15).

Considerando este breve comentário acerca do papel da escola no que se refere à diversidade linguística, já que é lá onde se ensina a norma padrão, é preciso tomar consciência dos diferentes falantes de língua com suas variedades de fala, dando-lhes a possibilidade de usar o dialeto de prestígio, evitando-se assim, o preconceito, a estigmatização e outras atitudes negativas encontradas nos bancos escolares. Cabe à escola, sem inibir o usuário de qualquer

dialeto, levá-lo a compreender que a língua apresenta várias formas de manifestação, e essas formas permitem-nos chamá-las de *multidialeto*. Há a variante que ele adquiriu ao longo de sua vida em sociedade e a de prestígio com a qual deve familiarizar-se para obter a sua inserção no mundo do trabalho e nas diversas atividades sócio-político-culturais. (cf. CARDOSO, 1995).

Vale enfatizar que não estamos aniquilando o ensino da norma padrão, mas propondo um ensino sem preconceitos que considere todas as formas possíveis de o falante expressar-se adequadas a cada contexto discursivo e ao registro lingüístico, uma vez que não existe falante de estilo único. Como nos diz Bagno (2007, p. 45): “o falante opera o monitoramento não só na língua falada, mas também na língua escrita”. Trata-se, portanto, de um comportamento que é adquirido no convívio social.

Compete ao professor, reconhecer essa pluralidade lingüística e cultural de seus alunos, porque nunca haverá uma sala de aula ou qualquer grupo social uma homogeneidade lingüística.

A Dialetoлогия tem como objetivo a preservação do patrimônio lingüístico-cultural de um povo. Os estudos dialetológicos auxiliam o docente em sua tarefa de formação de indivíduos multidialetoais, capacitados para escolher o registro adequado às diversas situações discursivas e pragmáticas. As diferenças lingüísticas são fontes de legitimação de acordos e condutas sociais manifestos nos rituais humanos de convivência em que se expressam formas de sentir, de pensar, de agir. Daí o compromisso decorrente do saber haurido dos estudos dialetológicos, que mostram em rede de diferenças e semelhanças de que a fala é testemunha da organização de mundo e também da identidade lingüístico, político-cultural que ocorre tanto no eixo temporal quanto no espacial.

Foi a Dialetoлогия que, pioneiramente, se preocupou com a variação lingüística. Nos primórdios, não operava com as técnicas avaliativas e com os pressupostos teórico-metodológicas hoje empregados, especialmente oriundas e colhidas da Sociolingüística; permaneceu ela, por muito tempo, num patamar eminentemente descritivo (cf. BARCELLOS DA SILVA, 2003). Mas não podemos subestimar a sua contribuição para o conhecimento da variação diatópica, diastrática e diafásica que são necessárias para o desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas e a interação professor/aluno.

A metodologia usada para a coleta do material na pesquisa dialetológica e a sua necessária divulgação nas escolas e nos documentos oficiais contribuem para que cada brasileiro se identifique com brasileiro, como cidadão, com quem compartilha a nacionalidade, a cultura, que se identifique como brasileiro inserido no mesmo território nacional, embora permeado de peculiaridades. Com certeza, isso notavelmente é aprendido na escola.

Quando se fala em ensino de língua materna, não se pode esquecer-se da Dialetoлогия como uma das ciências importantes para entender a variação. Sendo a Dialetoлогия um instrumento auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da língua materna, oferece também professor o reconhecimento e identificação da realidade lingüística de um território e ao aperfeiçoamento do processo de ensino. Resume-se, portanto, a Dialetoлогия em dois aspectos, conforme a argumentação de Cardoso e Andrade (2006, p. 87):

1. Como instrumento para reconhecer-se, identificar-se e definir-se a realidade lingüística de cada região e, conseqüentemente, levantar a base lingüística do estudante que chega à escola.
2. Como meio de se estabelecerem as relações entre as diversas modalidades de uso de uma língua num território circunscrito e de apreciar a natureza dos usos na perspectiva do comportamento social do falante diante de sua língua.

Outro ponto importante para o ensino de língua materna, levando em conta os estudos dialetológicos no Brasil é o Projeto **ALiB**. Entre tantas razões que justificam a sua elaboração, destacamos, mais uma vez retomando Cardoso e Andrade (2003, p. 40) a necessidade de ter-se a visão da multidimensionalidade linguística do Brasil, não apenas para efeitos de demarcação dos espaços geolinguísticos, mas para que se possa também contribuir diretamente para um melhor equacionamento entre a realidade de cada região geográfica e o ensino da língua materna que nela se processa.

Os dados obtidos e analisados pelo **ALiB** contribuem para os estudiosos da língua informações baseadas na realidade linguístico-cultural documentada, para os autores dos livros didáticos, para os documentos oficiais que fundamentam o ensino, propiciando também aos professores de língua materna a adequação de sua produção acadêmica à realidade linguística de cada região, por exemplo, como faria um professor de língua que desconhece as variações para *bergamota*, *mexerica* e *laranja-cravo* para a lexia *tangerina*?

O professor cômico dessa variação aprofundará o conhecimento da realidade linguística, fará uma reflexão sobre as variações que forma o sistema linguístico do Brasil sem desprestigiar os falares locais, oportunizando também ao estudante o domínio da variante culta.

4 Considerações Finais

Como já dissemos, na sociedade, em especial na escola, convivem vários dialetos que mostram o Brasil como uma sociedade multidialetal e, conseqüentemente, uma dimensão na diversidade linguística. Por isso, precisa ser traçada para termos uma macro visão dos diversos dialetos que se encontram nos longínquos rincões. Acreditamos, portanto, que os dados obtidos e analisados pelo **ALiB** mostrarão um quadro descritivo do português falado nas regiões geográfico-culturais do Brasil e também, conforme Cardoso (2006), fornecerão as linhas mestras dos parâmetros que possam identificar a concepção de um processo de ensino-aprendizagem da língua materna integrado às diferentes realidades do país. O conhecimento dos vários dialetos, sejam diatópicos (lugar) diatrásticos (estratificação social), auxilia o professor na sua tarefa de formar indivíduos pluridialetais, capazes de escolher o uso linguístico de acordo com a situação discursiva e a norma linguística. A variação linguística na escola é uma questão que ainda necessita de estudos de base científico-reflexiva. Não adianta apenas conhecermos a diferença linguística, mas optarmos por um ensino que preserve a diversidade linguístico-cultural com a qual se depara o professor na sala de aula, cabendo-lhe desenvolver um ensino pautado no respeito às diferenças sem ocultar o acesso aos bens culturais, à luta pelos seus direitos. Isso se dá pelo também pelo conhecimento da norma padrão.

Vivemos em um Estado Democrático de Direito, por isso, precisamos, sobretudo, respeitar os outros num processo mútuo, reconhecendo as peculiaridades de cada indivíduo, eliminando os preconceitos existentes na sociedade.

Concluimos fazendo uso das palavras de Marta Scherre (2005, p. 143), elucidando, neste momento, o preconceito linguístico: “A busca por democracia plena passa por uma luta contínua incessante, incansável: a real democracia econômica, política e social pode conduzir à real democracia linguística”.

Referências

- ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. Variação Diatópica do português e sua contribuição para o Ensino da Língua Materna. In: *Anais do V Encontro sobre o Ensino de Língua e de Literatura, I Congresso Nacional sobre o Ensino de Língua e Literatura*. Faculdade de Ciências Humanas de Olinda-2007, p 1-9.
- ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. As Vogais Postônicas Finais em Sergipe e no Sul do Brasil: Um Estudo Histórico-Comparativo. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Fonética e Fonologia e II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia*. São Luis. Universidade Federal do Maranhão/ Projeto Atlas Lingüístico do Maranhão, 2004. p. 331- 431
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* sociolingüística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- CALLOU, Dinah e LEITE YONNE. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CALLOU, Dinah. Caminhos e Perspectivas da Dialectologia e da Sociolingüística no Brasil: Variação e Ensino. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org). *Diversidade Lingüística e Ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996, p.99-104.
- CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, ANDRADE, Jacira Mota. Dialectologia e ensino da língua materna. In: GORSKI, Edair e COELHO, Izete Lehmkuhi. *Sociolingüística e Ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EDUFSC, 2006. p. 83-107.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, MOTA, Jacira Andrade. Um passo de geolingüística brasileira: O Projeto ALiB. In. *PORTUGUÊS BRASILEIRO – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. RONCARATI, Claudia, ABRÇADO, Jussara. Rio de Janeiro: FAPERJ/LETRAS/2003.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Dialectologia Atual: Tendências e Perspectivas*. In: HORA *et all* (org) Revista do GELNE. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 185-194.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Variação e Ensino numa sociedade multidialetal. In: *I Seminário Nacional de Lingüística e Língua Portuguesa Discurso, sociedade e ensino*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Anais. UFG, 1995 p. 5-12.
- MELLO, Heloísa Augusta Brito de. *O Falar bilíngüe*. Goiânia: Editora UFG, 1999.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- SILVA, Maria Emília Barcellos da. Os Estudos Dialetoológicos e o seu compromisso com o ensino. In. *Anais do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. 2003.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- SILVA, Thäis Cristóforo. *Fonética e Fonologia do Português*. São Paulo: Contexto, 2003.
- VIEIRA, Maria José Balskovski. As vogais mediais e postônicas: uma análise variacionista. In BISOL, Leda e BRESCANCINI, Claudia. (org). *Fonologia e variação – Recortes do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2002.